



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Daniel Silveira

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

(Do Sr. DANIEL SILVEIRA)

Dispõe sobre o dever do advogado e de seu cliente quanto à declaração de origem lícita dos valores utilizados para o pagamento de honorários advocatícios e da fiança na persecução penal, e sobre os mecanismos de controle de cumprimento de tal dever, alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre o dever do advogado e de seu cliente quanto à declaração de origem lícita dos valores utilizados para o pagamento de honorários advocatícios e sobre os mecanismos de controle de cumprimento de tal dever, alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

Art. 2º O art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 180.
.....

§ 2º-A. Incorre nas mesmas penas do § 1º, o advogado que recebe honorários advocatícios cujos valores sabe terem origem ilícita, bem como na hipótese em que, assumindo o risco, deixa de exigir a comprovação de origem lícita de tais valores, se o fato não constitui crime mais grave.

..... (NR)”



Art. 3º O art. 330 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 330.
.....
.

§ 3º Para a efetivação do depósito é necessária a comprovação da origem lícita de seu objeto. (NR)”.

Art. 4º O art. 5º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art.
5º
.....
.
§ 2º-A. O instrumento de mandato conterá declaração de licitude e da procedência dos recursos empregados para o pagamento dos honorários.
.....”

Art. 5º O art. 22 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art.
22.
§ 8º O recebimento dos honorários pressupõe a demonstração pelo cliente de que os valores possuem origem lícita, mediante assinatura de declaração e fornecimento de comprovante.
§ 9º Cópias da declaração e comprovante mencionados no parágrafo anterior serão encaminhados à seccional da OAB, que promoverá a fiscalização da licitude dos valores.

§ 10. Nas hipóteses em que o patrocínio da causa envolver apuração de organização criminosa, crime hediondo ou equiparado, crime contra o patrimônio, contra a Administração Pública, contra o Sistema Financeiro Nacional, e de lavagem de dinheiro, ou improbidade administrativa, cópias da declaração e documentos mencionados no § 7º serão encaminhados também ao Conselho de Atividades Financeiras, Coaf, e à Secretaria da Receita Federal.”

Art. 6º O *caput* do art. 34 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 34.
.....

.
XXX - receber honorários sem a apresentação de declaração e comprovante do cliente que demonstrem a origem lícita dos respectivos valores, ou deixar de encaminhar tais documentos para a fiscalização conforme previsto no art. 22.”

Art. 7º O § 2º do art. 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art.
1º
.....

.
§
2º
.....

.
III - recebe a título de honorários advocatícios bens, direitos ou valores, provenientes de infração penal, com o fim de dissimular ou ocultar tal origem.
.....”

Art. 8º O § 1º do art. 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art.

9º

§

1º

.....

.

XIX - as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam a advocacia.”

Art. 9º O inciso II do art. 10 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10.

.....

.

II - manterão registro de toda transação em moeda nacional ou estrangeira, títulos e valores mobiliários, títulos de crédito, metais, ou qualquer ativo passível de ser convertido em dinheiro, incluída a de recebimento de honorários advocatícios, que ultrapassar limite fixado pela autoridade competente e nos termos de instruções por esta expedidas;

..... (NR)”

Art. 10º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Câmara dos Deputados é caixa de ressonância dos mais lídimos anseios do povo brasileiro.

Assim, cumprindo meu papel constitucional, inauguro o processo legislativo, a fim de aprimorar o ordenamento jurídico, com o fim de melhor combater a lavagem de dinheiro.

Embora não se discuta a importância crucial que o advogado exerça na concretização da justiça, conforme previsto no art. 133 da

Constituição, é importante ter claro que ninguém, nem qualquer profissão, está acima da lei.

Logo, busca-se promover alterações legais, a fim de que melhor se exerça o controle sobre o recebimento dos honorários advocatícios.

Colima-se, portanto, positivar o dever do cliente de demonstrar a origem lícita dos valores empregados para o pagamento dos honorários advocatícios.

Não há falar, aqui, em violação do dever de sigilo profissional ou mesmo de desrespeito à garantia contra autoincriminação. Isso porque, na ponderação de bens jurídicos, a política criminal atual orienta-se pela *desclosure*, como, aliás, decidiu o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 35, de relatoria do Ministro Edson Fachin.

Na outra ponta, são apresentados mecanismos de controle e fiscalização.

Para além de modificações no Estatuto da Advocacia e na Lei de Lavagem de Dinheiro, também é sugerida a alteração no Código Penal, para esclarecer a possibilidade de responsabilização de advogados pela prática do crime de receptação, caso não haja o enquadramento de sua conta em crime mais grave, a lavagem de dinheiro.

São propostas, por outro vértice, alterações na sistemática da outorga da procuração e na responsabilização ético-profissional do advogado que não colaborar com a transparência no recebimento dos honorários.

Por oportuno, cumpre colacionar a escólio de Manoel Pestana:

Fiquei impressionado (para não dizer estarrecido) com a argumentação de um advogado criminalista divulgada na imprensa, alegando que, se recursos provenientes de ilícitos servem para pagar impostos, que poderão ser utilizados para

pagar salários de agentes públicos, pela mesma razão (deixa implícito), servem para pagar honorários advocatícios. Ocorre que a própria Constituição prevê o confisco de bens de criminosos para serem revertidos em benefício da sociedade. Logo, deve-se não só cobrar impostos, taxas, bem como exercer o confisco, mormente nos crimes decorrentes de corrupção, cujos recursos desviados saem do suor de cinco meses de trabalho, por ano, do contribuinte.

A propósito, da mesma forma que o corrupto, responsável pelo desvio de recursos públicos, não pode usar o dinheiro desviado para contratar engenheiros, arquitetos etc., para incrementar a sua mansão, esse mesmo corrupto não pode pegar o dinheiro desviado para pagar advogados. A profissão do advogado, assim como a do engenheiro, a do arquiteto, etc., não pode ser remunerada com recursos vindos de atividades criminosas. Todavia, esses recursos sujos podem ser confiscados e serem revertidos em benefício da sociedade, inclusive, para pagamento de salários dos defensores públicos.

(Recebimento de honorários advocatícios de origem duvidosa: Impossibilidade. *Carta Forense*, jul/2012, <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/recebimento-de-honorarios-advocaticios-de-origem-duvidosa-impossibilidade/8823>, consulta em 9/11/2020).

Finalmente, é proposta, também, a modificação na disciplina da fiança, para que o imputado demonstre, por ocasião, do pagamento da contracautela, a origem lícita dos valores depositados.

Ante o exposto, pede-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 2020.

Daniel Silveira
Deputado Federal- PSL/RJ.